



SEGURANÇA PÚBLICA

Em três anos, registros de armas caíram 80%

Segundo balanço da Polícia Federal, foram documentadas aproximadamente 240 mil armas — entre CACs e defesa pessoal — contra mais de um milhão nos três anos anteriores, por causa do maior rigor adotado pela corporação

» IAGO MAC CORD

Em balanço divulgado ontem, a Polícia Federal destacou um aumento expressivo na descapitalização do crime organizado e uma queda acentuada no registro de armas no país, resultados que demonstram uma maior eficácia nas investigações. O valor efetivamente apreendido e retirado das facções, até novembro deste ano, atingiu R\$ 9,6 bilhões. Paralelamente, a PF registrou uma diminuição de 80% no número de registros de armas no triênio 2023-2025, em relação aos três anos anteriores (2020-2022).

O diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, ressaltou o valor das apreensões deste ano, tendo em vista que, em 2024, o montante chegou a R\$ 6,1 bilhões. Ele explicou que os recursos são referentes àqueles efetivamente retirados do crime organizado, seja em espécie, ou em bens — imóveis, embarcações, aeronaves, criptomoeidas ou ouro. Destacou que, sobretudo, não se trata apenas de bloqueio de contas.

“Quando falamos em crime organizado, também tenho defendido um trabalho muito sereno em relação a isso. Quando tudo vira crime organizado, nada é crime organizado. E isso dificulta a compreensão do fenômeno, isso dificulta o enfrentamento com as ferramentas que se precisa ter. E isso, na verdade, em nada agrega, a não ser promoção pessoal ou midiática de quem quer aparecer, de quem quer estar na mídia”, afirmou.

Rodrigues também ressaltou que o número de operações homologadas subiu de 3.134, no ano passado, para 3.310, este ano. Já os mandados de prisão cumpridos aumentaram de 2.184 para 2.413. Embora a PF tenha instaurado menos inquéritos em 2025, indiciou mais pessoas e registrou um índice maior de solução de investigações, o que, segundo o diretor-geral, indica um “melhor resultado qualitativo”.

“Temos menor quantidade (de inquéritos), mais pessoas indiciadas, maior índice de solução, maior volume de recursos retirados do crime organizado, e maior rapidez na conclusão dos inquéritos, o que outrora, antes de chegarmos aqui, passava de 650 dias. Hoje, nossos inquéritos são concluídos, em média, com 444 dias de tramitação”, explicou.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Quando tudo vira crime organizado, nada é crime organizado. E isso dificulta a compreensão do fenômeno, isso dificulta o enfrentamento com as ferramentas que se precisa ter. E isso, na verdade, em nada agrega, a não ser promoção pessoal ou midiática de quem quer aparecer, de quem quer estar na mídia”

Delegado Andrei Rodrigues, diretor-geral da Polícia Federal

Operações e prisões

O diretor-geral da PF também exaltou a integração com os estados por meio das forças integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs), que têm gerado resultados expressivos, totalizando 215 operações, 978 prisões e 1.551 mandados de busca e apreensão cumpridos neste ano. O valor descapitalizado por meio dessas ações foi de R\$ 163,31 milhões.

A área de Polícia Administrativa, responsável por cerca de 90% dos serviços da PF prestados à população, também apresentou seus resultados de 2025. A instituição assumiu a fiscalização dos registros de Colecionadores, Atiradores Desportivos ou Caçadores (CACs) em 1º de julho e concedeu 1.022.021 certificados de registro. São 1.588.677 armas registradas.

O delegado Febrício Kerber, responsável pelo setor, apontou que essa política de controle dos armamentos resultou em uma queda de cerca de 80% no número de solicitações de registros de armas no período de 2023 a 2025, em comparação com 2020 a 2022. Foram registradas aproximadamente 240 mil armas — entre CACs e defesa pessoal — contra mais de um milhão nos três anos anteriores.

Em pouco mais de cinco meses, desde que a PF se tornou responsável por essa fiscalização, foram protocolados 640 mil requerimentos — uma média de quase 130 mil por mês. A polícia concluiu 80% desses processos, sendo a maior parte (cerca de 74%) analisada de forma semiautomatizada.

“Esse é um número interessante porque mostra o resultado dessa política de controle de armas para

diminuir a violência e alguns desafios que a gente tem enfrentado”, destacou.

Ao todo, foram gerados mais de R\$ 51 milhões em taxas após a PF assumir a responsabilidade de fiscalizar esses registros. A corporação planeja, ainda, investir cerca de R\$ 30 milhões nos próximos quatro anos no desenvolvimento de um novo sistema de controle de armas, que automatiza quase 80% do trabalho.

Além disso, a emissão de passaportes bateu recorde em 2025, totalizando 2,4 milhões, contra dois milhões em 2024. Kerber destacou que a média de impressão do documento, por dia, era de 15 mil unidades.

Crimes ambientais

O setor ambiental da PF, coordenado pelo delegado Humberto Freire, reportou o resultado do Plano

Amazônia (ou Plano Amas), com foco na proteção do bioma e nas investigações financeiras. Ele comemorou que a Amazônia atingiu a menor taxa de desmatamento da década, caindo de 6,5 mil km², em 2024, para 5,8 mil km², em 2025.

Ele anunciou a entrega do Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI Amazônia) e a chegada dos equipamentos do projeto Ouro Alvo, com investimentos de R\$ 50 milhões. O centro conta com oficiais de ligação da Colômbia, do Peru, Guiana, Suriname e Equador, além dos estados da Amazônia Legal.

“Desencadeamos operações com a Guiana, com a Colômbia, com o Peru e com a Bolívia, todas focadas nessa atividade prioritariamente dos crimes ambientais, mas que acabam alcançando outros tipos de crime que acontecem na faixa de fronteira”, exemplificou.

Comissão avalia PEC da Segurança

» DANANDRA ROCHA

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública deve votar hoje o texto, em reunião marcada para as 9h. Caso seja aprovado no colegiado, seguirá para apreciação do plenário. Na última quarta-feira, o relator da matéria, deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), apresentou um substitutivo ao texto original do governo. Entre os pontos destacados por ele estão a ampliação das atribuições da Polícia Federal (PF), a destinação de 15% dos recursos do Fundo Social do pré-sal e de 6% da arrecadação das loterias para ações de segurança pública, além da determinação para que o Congresso aprove legislação específica que endureça o regime de penas aplicadas a organizações criminosas.

O substitutivo propõe a criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), com o objetivo de integrar a atuação da União e dos estados no enfrentamento ao crime organizado. O relatório também prevê o estabelecimento do Sistema de Políticas Penais e do Sistema Brasileiro de Inteligência, além de indicar novas fontes de financiamento para o setor.

Uma das novidades do texto é a inclusão da previsão de um referendo popular para consultar a população sobre a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. A proposta estabelece que a nova idade mínima seja aplicada apenas a crimes violentos ou cometidos com grave ameaça. Mesmo com a eventual redução, os jovens condenados cumpriam pena em estabelecimentos distintos dos destinados a adultos.

Segundo Mendonça Filho, a iniciativa do Executivo abriu espaço para um debate mais amplo sobre a estrutura da segurança pública no país. Na quinta-feira passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que pretende recriar o Ministério da Segurança Pública caso a PEC seja aprovada.

REDES SOCIAIS

Pesquisa mostra redução da discussão sobre política no “zap”

A circulação de notícias e discussões sobre política em grupos de família, amigos e trabalho no WhatsApp caiu em 2024, mesmo em um ano de eleições municipais. Levantamento do InternetLab mostra que esse tipo de conteúdo apareceu com menos frequência nesses grupos do que em anos anteriores da série histórica.

A proporção de pessoas que apontam os grupos de família e de amigos como aqueles em que mais aparecem debates sobre questões da sociedade foi de 23% e 24%, respectivamente, em 2024. Em 2023, quando não houve eleições, esses percentuais eram de 30% e 27%. Nos grupos de trabalho, a proporção manteve-se em 11%.

Já o compartilhamento de notícias sobre política em grupos de família, amigos e trabalho caiu de 31%,

29% e 13%, em 2023, para 27%, 24% e 11%, respectivamente, em 2024.

A diretora de Pesquisa e Operações do InternetLab, Heloisa Massaro, explica que, na etapa qualitativa da pesquisa, surgem relatos de saturação dos usuários desses grupos. “Em anos anteriores, muitas pessoas diziam que, depois de brigas ou expulsões de grupos maiores, passaram a criar grupos paralelos, menores, com poucos amigos ou familiares, nos quais conseguiam conversar sobre política. O que observamos mais recentemente é um pouco diferente. Neste ano, apareceu mais um relato de saturação dos grupos em geral. Um cansaço mesmo. As pessoas estão menos ativas nos grupos”, afirmou.

O estudo apresenta depoimentos de alguns entrevistados, sem identificá-los. Uma das entrevistadas, de São Paulo, relata sensação



Muitas pessoas diziam que passaram a criar grupos paralelos nos quais conseguiam conversar sobre política. Neste ano, apareceu mais um relato de saturação dos grupos em geral. Um cansaço mesmo”

Heloisa Massaro, diretora de Pesquisa e Operações do InternetLab

semelhante à descrita pela pesquisadora. Segundo Heloisa, isso não significa que o tema da política tenha desaparecido das interações no aplicativo.

Medo de opinar

Mais da metade (56%) das pessoas que participaram da pesquisa relataram sentir medo de expressar opinião sobre política porque “o ambiente está muito agressivo”. O percentual, no entanto, manteve-se relativamente estável nos últimos três anos, dentro da margem de erro.

“Esse indicador está estável desde 2022, quando atingiu 57%. Naquele ano houve um pico, o que é esperado, por ter sido uma eleição presidencial muito marcada pela polarização”, explicou Heloisa.

Além disso, 52% dos entrevistados afirmam se policiar cada vez

mais sobre o que dizem nos grupos, enquanto metade diz evitar falar de política para fugir de brigas. “Os dados sobre as pessoas se policiarem mais cresceram até 2022 e depois se estabilizaram em um patamar um pouco mais baixo. Isso é consistente com o contexto, já que eleições federais tendem a gerar mais engajamento e mais conflito do que eleições municipais ou anos não eleitorais”, afirmou.

No recorte por gênero, a pesquisa indica que as mulheres relatam mais medo de se posicionar, se policiam mais e evitam com maior frequência compartilhar mensagens que possam atacar os valores de outras pessoas. “Em praticamente todos os indicadores ligados a se sentir seguro ou à vontade para falar de política, as mulheres aparecem com percentuais mais baixos”, observou.

» Mutirão do SUS faz 60 mil cirurgias

O governo federal realizou, no fim de semana, a maior mobilização registrada no Sistema Único de Saúde. Foram mais de 100 mil atendimentos em todo o país e, do total, cerca de 60 mil corresponderam a cirurgias eletivas e exames de maior complexidade — segundo balanço apresentado ontem pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Ele observou que a iniciativa permitiu atender pacientes que aguardavam há meses ou até anos por procedimentos eletivos. O próximo mutirão será em março, com foco na saúde da mulher.